

PROJETO
REDE TECNOLÓGICA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA:
INSTRUMENTO DE MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE

Ana Beatriz de Oliveira Pretto - Escola Superior da Magistratura Tocantinense
TJTO - anabeatriz@tjto.jus.br

Maria Luiza C. P. Nascimento - Escola Superior da Magistratura Tocantinense
TJTO - mlcpn@uol.com.br

Lily Sany Silva Leite - Escola Superior da Magistratura Tocantinense TJTO -
lilysany@tjto.jus.br

1. Instituição

Escola Superior da Magistratura Tocantinense

2. Diretor Geral

3. Justificativa

No ano de 2009, realizou-se, em São Paulo, o XX Congresso Brasileiro de Magistrados, com o tema central Gestão Democrática do Judiciário. Durante o evento, debateram-se modelos de administração adotados pelos Tribunais, na tentativa de extrair propostas efetivas de gestão que proporcionassem avanços para o Poder Judiciário Brasileiro. O Tribunal da Justiça do Estado do Tocantins, em sintonia com o que vem sendo debatido nacionalmente, e principalmente priorizando a melhoria da prestação jurisdicional, idealizou, desenvolveu e está promovendo o Curso Gestão do Judiciário, com o fito de propiciar o aprimoramento técnico profissional a 100% dos Magistrados e Servidores, por entender que uma instituição forte deve investir no seu maior patrimônio que é, inquestionavelmente, seu capital intelectual. O curso oferecido na modalidade à distância chega aos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário Tocantinense em tempo real, e possibilita a interatividade com os professores durante as aulas. Fazer a transformação da justiça, tornando-a mais célere, eficaz, impessoal, dinâmica, técnica e transparente, é o objetivo do Tribunal da Justiça do Estado do Tocantins, o que será possível por meio da qualificação que o Curso Gestão do Judiciário proporcionará.

4. Detalhamento do Projeto

4.1 Período de Implantação

Em agosto de 2009, diagnosticaram-se todas as Comarcas e o Tribunal da Justiça para conhecer a necessidade de capacitação dos profissionais do Poder Judiciário Tocantinense. Em setembro de 2009, desenvolveu-se e constituiu-se o Projeto Pedagógico do Curso, contemplando os módulos demandados pela maioria dos participantes. E em outubro de 2009 iniciou-se processo para contratação da Instituição de Ensino Superior responsável por ministrar o curso. Nos meses de novembro/2009 a janeiro/2010, instalaram-se equipamentos em todas as telessalas localizadas na sede do Tribunal da Justiça, na Escola Superior da Magistratura Tocantinense e nas quarenta e duas Comarcas do Estado do Tocantins.

Em fevereiro de 2009, o curso teve início com o tema Metodologia do Aprendizado à Distância. A aula magna contou com a participação do Ministro Luiz Felipe Salomão – do Superior Tribunal da Justiça –, e do Professor Doutor Fredric Michael Litto – Presidente da Associação Brasileira de Ensino à Distância. Ambos falaram sobre A Gestão do Judiciário e O Estado da Arte da EaD no Brasil, respectivamente. Em março, foi ministrado o Módulo I – Organização do Poder Judiciário no Tocantins. Neste mesmo mês, especificamente no dia 29, para falar sobre Justiça e Criminalidade, contamos com a palestra do eminente Professor-Doutor Damásio de Jesus. Em abril, o módulo II – Administração Pública. Em julho, o módulo III, com o tema Ética e Moralidade no Serviço Público. Em agosto, o módulo IV – Gerenciamento do Processo Civil. Em setembro, iniciou-se o Módulo V – Gerenciamento do Processo Penal. Em fevereiro de 2011, o módulo VI – Metodologia Científica. Em março, o Módulo VII – Informática com Ênfase no TJ. E em abril, o módulo VIII – Processos Virtuais.

4.2 Fases de Implementação

O processo foi implantado em nove fases:

1ª. Diagnóstico de necessidades: Elaboraram-se questionários e depois os aplicaram aos Magistrados e Servidores para conhecer as demandas por capacitação.

2ª. Definição da modalidade mais eficaz: Para atender a todos os alunos, no mesmo período de tempo e com a mesma qualidade, depois de avaliar as diversas possibilidades (presencial, *web*, satélite), optou-se pela utilização da modalidade EaD, transmitida via satélite, com momentos presenciais para realização das atividades de avaliação.

3ª. Construção do Projeto Pedagógico: Realizaram-se reuniões com magistrados para desenvolver conteúdos e módulos que atendessem às necessidades dos profissionais do Poder Judiciário e contribuíssem para a melhoria da prestação jurisdicional.

4ª. Definição dos Equipamentos necessários: Fez-se um levantamento de todos os equipamentos de infraestrutura física e tecnológica necessários para instalação das telessalas nas respectivas localidades, bem como para a instalação do estúdio e ilha de edição, localizados na sede da Escola.

5ª. Aquisição dos equipamentos: Para tanto, elaborou-se o Termo de Referência com a descrição específica de todos os equipamentos, para aquisição e respectiva licitação.

6ª. Montagem das telessalas: Durante os meses de dezembro 2009 e janeiro 2010, designaram-se equipes técnicas para realizar a instalação dos equipamentos de recepção do sinal de satélite em todas as telessalas do Poder Judiciário Tocantinense.

7ª. Capacitação dos Professores: A Escola realizou processo de capacitação e habilitação dos professores dos módulos I, IV, V e VI para atuação no vídeo e definição dos conteúdos do Curso de Gestão do Judiciário. Os professores da área jurídica são Magistrados ou Servidores do Tribunal da Justiça do Tocantins. Os professores da área de administração são professores da instituição de ensino contratada.

8ª. Capacitação dos Subcoordenadores: Neste processo, selecionaram e capacitaram-se quarenta e quatro Servidores do Tribunal da Justiça do Tocantins, que atuam como Subcoordenadores do curso, cuja função é supervisionar os alunos, colher frequência e operacionalizar os equipamentos de recepção do sinal de satélite em cada telessala.

9ª. Início das Aulas: Em 22 de fevereiro, iniciaram-se as aulas, tratando da metodologia a ser adotada durante o curso.

5. Conteúdo Programático

Módulo	Conteúdo	CH
I	Organização Judiciária no Tocantins: <ul style="list-style-type: none"> • Conhecendo o TJ/TO • Regimento Interno • Estatuto dos Servidores • Normas e regulamentação do TJ/TO 	45h
II	Administração pública com ênfase em licitações, contratos, convênios, controle interno, planejamento, orçamento e respectiva execução no judiciário.	60h
III	Processo Civil (gerenciamento): <ul style="list-style-type: none"> • Parte I – conceitos, fundamentos • Parte II – prática judiciária (citação, intimação, notificação, certidão, mandado, prazos e proposição de modelos padronizados de procedimentos para todo o Tocantins) • Parte III – Atualização 	45h
IV	Processo Penal (gerenciamento): <ul style="list-style-type: none"> • Parte I – conceitos, fundamentos • Parte II – prática judiciária (citação, intimação, notificação, certidão, mandado, prazos e proposição de modelos padronizados de procedimentos para todo o Tocantins) • Parte III – Atualização 	45h
V	Informática com ênfase no Sistema de Processos do TJ/TO	30h
VI	Gestão de Pessoas (ênfase em relações interpessoais, qualidade do atendimento ao usuário da justiça, autoestima).	45h
VII	Gestão por Competência (ênfase na gestão orientada para o desenvolvimento de conjunto de conhecimento, habilidades e atitudes, com vistas a alcançar os objetivos institucionais).	45h
VIII	Ética e moralidade no serviço público (judiciário).	15h
IX	Certificação digital.	15h
X	Processos virtuais: novas modalidades processuais.	30h
XI	Metodologia da Pesquisa.	30h
TOTAL Carga Horária		405h

6. Prática Inovadora – Otimização de Recursos

Criar e instalar uma Rede Tecnológica capaz de agilizar o processo de comunicação entre as Comarcas e o Tribunal da Justiça do Tocantins, com transmissão via satélite, e oferecer o Curso de Pós-Graduação e de Aperfeiçoamento em Gestão do Judiciário, a 1.737 (mil setecentos e trinta e sete) alunos, em tempo real, com interação ao vivo e custo inferior se comparado à modalidade presencial. Este foi o objetivo da Escola Superior da Magistratura Tocantinense ao adotar a prática inovadora de transmissão via satélite.

Como exemplo de otimização de recursos, pode-se destacar um curso de pós-graduação *lato sensu*, com carga horária mínima definida pelo MEC de 360 horas-aula, para 1.737 (mil setecentos e trinta e sete) alunos, conforme o quadro a seguir:

No formato presencial, estimando-se o pagamento de doze parcelas mensais de R\$ 200,00 (duzentos reais), mais matrícula de igual valor, ao final do curso tem-se, para cada aluno, o custo mínimo de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais). Multiplicando-se este valor por 1.737 (mil setecentos e trinta e sete) alunos, obtém-se o montante de R\$ 4.516.200,00 (quatro milhões quinhentos e dezesseis mil e duzentos reais).

No formato à distância, contratou-se este mesmo curso, com carga horária de 405 horas, para 1.737 (mil setecentos e trinta e sete) alunos, por R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), a um custo final individual de R\$ 402,99 (quatrocentos e dois reais e noventa e nove centavos), o que significa o desembolso mensal de R\$ 30,99 (trinta reais e noventa e nove centavos) para a capacitação de um servidor.

Em suma, o Curso Gestão do Judiciário implantado pelo Tribunal da Justiça do Estado do Tocantins, com padrão de qualidade e gerando informação e conhecimento para todos os Magistrados e Servidores, foi contratado ao custo de, aproximadamente, 16% do montante final para um curso de igual natureza na modalidade presencial.

7. Dificuldades Encontradas

O controle temporal das inscrições no curso, considerando-se que começou com 860 interessados em dezembro de 2009, chegou a 930 em janeiro de 2010 e no mês de fevereiro esse número foi para 1.136; conta, hoje, com o significativo número de 1.737 profissionais matriculados no curso de Gestão do Judiciário. Diante dessa demanda, a Escola iniciou um processo para reposição de aulas, para atender a todos os alunos matriculados posteriormente ao início do curso.

8. Fatores de Sucesso

- Democratização do acesso – todo servidor, com diferentes níveis de escolaridade, e independentemente da Comarca onde trabalha, tem acesso ao curso de forma igualitária;
- Propriedade na escolha da temática – A diretriz do curso e a definição por trabalhar a Gestão do Judiciário possibilitam e propiciam aos Magistrados e Servidores administrar seu trabalho e liderar a equipe do seu cartório, secretaria ou setor, além de ser, atualmente, um dos temas mais debatidos no Poder Judiciário;
- Atendimento às demandas dos Magistrados e Servidores – ante a adoção de uma política de educação continuada abrangente e definitiva;
- Investimento maciço nos Magistrados e Servidores – possibilitando que 100% destes sejam qualificados em Gestão do Judiciário, e oportunizando aos graduados a obtenção de certificação *lato sensu*, ao final do curso.
- Rede Tecnológica – implantada como solução, pela demanda comum da maioria dos serviços prestados no Poder Judiciário Tocantinense, para capacitação. Sendo que o Curso Gestão do Judiciário surgiu dessa demanda, priorizando-se os conteúdos com maior índice de solicitações e comum a todas as Comarcas.

9. Desburocratização da Justiça

Com a possibilidade tecnológica de estarmos ao mesmo tempo em espaços diferenciados, fazendo uso da transmissão via satélite, ganhamos consideravelmente em eficiência, pois, hoje, 1.737 (mil setecentos e trinta e sete) profissionais do Poder Judiciário Tocantinense recebem, simultaneamente, instruções e atualização sobre procedimentos, regulamentos e legislação, resultando em agilidade processual.

Hodiernamente, para interagir, levar informações ou capacitar os Magistrados e Servidores do Poder Judiciário Tocantinense temos à nossa disposição um canal de televisão que possibilita a comunicação em tempo real entre todos os envolvidos no processo, independentemente da Comarca. O que antes era inviável, uma vez que, para se chegar às Comarcas que estão a mais de 600km da sede do Tribunal da Justiça, seria necessário no mínimo um dia de viagem, apenas para o deslocamento de ida, tempo este a ser contabilizado em dobro para ida e retorno, hoje é possível.

O alcance da Rede Tecnológica utilizada pelo Tribunal da Justiça do Estado do Tocantins pode alcançar toda a América Latina, possibilitando que outros Tribunais do País recebam o sinal transmitido pela Escola, sendo necessária apenas a instalação de uma telessala com os equipamentos de recepção do sinal de satélite. Com isso, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT busca expandir seu projeto a todos os Tribunais, com o objetivo de aprimorar o processo de educação continuada dos Magistrados e Servidores do Judiciário brasileiro e contribuir para a rapidez e eficiência da justiça, pois comunga com os Ministros Fernando Gonçalves, do STJ, e Antônio José de Barros Levenhagen, do TST, os quais, no Encontro de Diretores das Escolas da Magistratura, realizado em 2009, em Brasília, afirmaram que

“o compromisso das Escolas estaduais e federais é conferir densidade ao ensino, ao saber, de modo que a arte e o dever de julgar alcancem seu escopo fundamental, ou seja, a celeridade e eficiente prestação da justiça, e que a simbiose entre todas as Escolas é fundamental para a melhoria da prestação jurisdicional”.

10. Bases para Execução da Prática

Em dezembro de 2009, o Conselho Nacional de Justiça convocou os Tribunais de Justiça dos Estados para participar do “1º Fórum de Educação à Distância do Poder Judiciário”, realizado no Supremo Tribunal Federal. Durante o evento, o Ministro Ives Gandra, Conselheiro do CNJ, destacou que aquele era o “Marco para conseguirmos pioneiramente, no Brasil, tornar a EaD atrativa a todos os Magistrados e Servidores do Judiciário”.

O Estado do Tocantins foi pioneiro na modalidade de ensino à distância, com cursos de graduação e pós-graduação ofertados pelas Universidades. Considerando-se o sucesso da EaD no Estado do Tocantins, o Tribunal da Justiça do Tocantins criou e implementou a Rede Tecnológica para atuar principalmente na educação corporativa, fato este ocorrido muito antes do evento realizado pelo CNJ. O Poder Judiciário do Tocantins, assim como o Poder Judiciário dos demais Estados brasileiros, funciona de forma descentralizada, contando com quarenta e duas Comarcas, estando algumas delas até 700Km de distância da capital Palmas, inviabilizando o constante deslocamento dos profissionais para capacitação, e tendo como base os pressupostos de educação à distância, quais sejam:

- Redução da distância;
- Interatividade, independentemente de presença;
- Disciplina do autoestudo e do estudo dirigido;
- Acesso global ao conhecimento;
- Flexibilidade de horários para estudo;
- Ritmo de aprendizado diferenciado;
- Fim dos limites de tempo e espaço.

A ESMAT, contando com o apoio do Tribunal da Justiça, investiu em tecnologia de ponta para fazer chegar conhecimento e informação aos Magistrados e Servidores de forma contínua e permanente, pelo mais democrático instrumento de transferência de conhecimento, ou seja, a educação à distância. O objetivo do Tribunal é a melhoria da prestação jurisdicional e, para isso, é necessário contar com profissionais cada vez mais qualificados. Hoje vivemos um período de grande complexidade, pois o que predomina e certamente predominará no século XXI é a sociedade do conhecimento. Dia a dia a avalanche de informações nos impõe buscar ferramentas eficazes para transferência desses conhecimentos. Por essa razão, o Tribunal da Justiça buscou implantar um curso com formato moderno, dinâmico, atual e democrático que somente a educação à distância com uma Rede Tecnológica eficaz pode proporcionar.

11. Benefícios alcançados que ajudaram na desburocratização da justiça

Justiça mais rápida e eficaz – Com o processo de capacitação, o Poder Judiciário contará com profissionais atualizados, aptos a atuar como gestores. A prestação jurisdicional será agilizada, pois o curso realizará módulos que abordarão a necessidade de padronização e unificação de procedimentos, tornando a justiça mais rápida e eficaz. A estratégia adotada é investir em qualificação, pois pessoas capacitadas melhoram os processos, atendem melhor ao cidadão, exercem a atividade-fim do Judiciário com mais qualidade, em menor prazo, com menor custo, melhorando, assim, a prestação jurisdicional.

Formação de Rede de Comunicação em Tempo Real – Com o curso de Gestão do Judiciário, foi possível criar e implementar a Rede Tecnológica, para se transmitirem cursos, via satélite, por meio de um seguimento espacial de tecnologia chamada UP Link Móvel. O UP Link Móvel permite aos alunos assistirem às aulas realizadas dentro do estúdio instalado na sede da ESMAT, por equipamentos que, codificados no sinal do satélite, retransmitem os eventos de interesse da Escola. “Para receber o sinal, equipou-se cada telessala com um Receptor Digital Nanosat NS2, uma Antena Parabólica 1,5m de diâmetro, um LNBF Monoponto, uma Televisão LCD 42 Toshiba e um Kit de instalação (Cabo Coaxial, Conector RG6)”. Nestes locais, os alunos assistem, ao vivo, cursos e palestras ministradas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT. Além disso, também podem tirar dúvidas, durante a transmissão, por meio de ligação telefônica gratuita, via 0800, as quais são respondidas, ao vivo, pelo(a) professor(a), permitindo-se, assim, a todos os participantes daquele curso participarem em tempo real. As interações pós-aula, atividades complementares e provas são realizadas pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, na plataforma Moodle, a que os alunos têm acesso por meio de *login* e senha próprios, recebidos no ato da matrícula em cada curso. O ambiente AVA foi especialmente customizado para desenvolvimento das atividades da Escola.

A Rede Tecnológica possibilita ainda:

Otimização de tempo e recursos – A Rede Tecnológica de EaD dispensa o deslocamento dos profissionais do Poder Judiciário até a Capital do Estado, bem como o deslocamento dos professores a cada Comarca para realização de atividades de capacitação. Com isso, promove a otimização dos recursos públicos, permitindo a realização de atividades de qualidade, com custo reduzido e atendimento simultâneo a 100% dos Magistrados e Servidores.

Democratização do acesso – Os cursos realizados à distância, utilizando a Rede Tecnológica de EaD, aumentam a participação dos Magistrados e Servidores em cursos e eventos, considerando-se que essas atividades vão até eles; uma palestra com um jurista de expressividade nacional ou até internacional é assistida e acessada por todos eles sem distinção, em tempo real, com interatividade que proporciona o esclarecimento de dúvidas;

A capacitação em serviço – Hoje, a modalidade EaD é, sem dúvida, a mais moderna, eficaz e democrática ferramenta de ensino, o que traduz os seguintes princípios da educação corporativa: responsabilidade compartilhada, oportunidade de crescimento igualitário, conectividade, flexibilidade de horário para estudo, qualidade e produtividade.

A permanente disponibilização do conteúdo das aulas ministradas – As aulas na modalidade EaD são gravadas e disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, possibilitando o acesso ao conteúdo sempre que o aluno julgar necessário, independentemente do período de realização do curso, com o objetivo de promover o processo de aprendizagem de forma contínua e eficaz. Além disso, todos os vídeos são arquivados em mídias digitais, compondo, assim, o arquivo digital da Escola.

A uniformização e padronização da linguagem e procedimentos em todo judiciário tocantinense – Os módulos ministrados são específicos e buscam viabilizar, orientar e exemplificar a uniformização dos procedimentos judiciários, tais como: Organização Judiciária do Tocantins, Ética e Moralidade no Serviço Público, Gerenciamento do Processo Civil, Gerenciamento do Processo Penal, Metodologia Científica, Informática com Ênfase no TJ e Processos Virtuais.

A inclusão digital dos profissionais do Poder Judiciário Tocantinense via ferramentas tecnológicas – A Escola dispõe de um Ambiente Virtual de Aprendizagem, implementado na plataforma MOODLE, cuja função principal é disponibilizar todo o conteúdo ministrado nos cursos, tais como apostilas, textos, objetos de aprendizagem e vídeos. O ambiente possibilita também a realização de atividades complementares, atividades avaliativas e a interatividade entre os alunos, professores e demais usuários cadastrados no curso. O processo de comunicação entre professores, alunos e usuários ocorre de forma síncrona e assíncrona, por meio de *chats* e fóruns mediados pelos instrutores do curso. O objetivo principal do ambiente é possibilitar o constante acesso às informações durante e após a realização dos cursos, promovendo a fixação dos conteúdos e a revisão deles, e o processo contínuo de aperfeiçoamento, capacitação e formação dos Magistrados e Servidores, tendo como base a produção do conhecimento. A Escola dispõe também do sistema Secretaria Acadêmica Virtual, cujo objetivo é gerenciar o processo de cadastro e atualização das informações referentes aos cursos realizados pela Escola, bem como implementar um banco de dados com informações dos alunos partícipes nas atividades ministradas. O sistema possibilita aos alunos realizar inscrição em cursos, eventos e palestras, informar a demanda de cursos de seu interesse por meio de enquetes; possibilita o acesso às notas e frequência; permite avaliar a participação dos instrutores e o conteúdo dos cursos ministrados pela Escola, bem como indicar sua formação acadêmica para composição do banco de talentos do Poder Judiciário. Com esta tecnologia, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT pretende gerenciar todas as atividades pertinentes à Secretaria, possibilitando, por meio do Sistema, o acesso às informações acadêmicas, de forma rápida, prática e segura.

Palmas, maio de 2011.